



PERCURSO FORMATIVO DE UMA INTELLECTUAL NEGRA A PARTIR DO NEABI (UENF)

Viviane Ramiro da Silva Martins¹

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, RJ

Resumo: A partir da narrativa em primeira pessoa, abordo questões referentes ao processo formativo de uma intelectual negra em uma perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Este texto é fruto das minhas experiências profissionais e acadêmicas, assim como dos esforços coletivos para a elaboração do dossiê *10 anos do NEABI-UENF*. O objetivo é ressaltar as possibilidades e os desafios de uma educação antirracista a partir da implementação da Lei n.º 10.639/2003 nas instituições de ensino brasileiras. Para tanto, problematizo as assimetrias geradas pelo racismo e pelo sexismo em nossa sociedade; e a consolidação de ferramentas e práticas educativas colaborativas que apontam para outras formas de pensar e produzir conhecimentos sobre o mundo social. Tal debate coloca a necessidade de um compromisso ético-político com a luta antirracista e antissexista pela sociedade como um todo.

Palavras-Chave: Intelectuais Negras; Educação; Relações Étnico-Raciais.

TRAINING PATHWAY OF A BLACK INTELLECTUAL BASED ON NEABI (UENF)

Abstract: From the first-person narrative I address issues related to the formative process of a black woman intellectual from a perspective of Education for Ethnic-Racial Relations. This work is the result of my professional and academic experiences, as well as reflecting collective efforts for the preparation of the Dossier: “10 years of NEABI-UENF. The objective is to highlight the possibilities and challenges of an anti-racist education from the implementation of the Law 10.639/2003 in Brazilian educational institutions. Therefore, I problematize the asymmetries generated by racism and sexism in our society. The consolidation of collaborative educational tools and practices that point to other ways of thinking and producing knowledge about the social world. Such a debate raises the need for an ethical-political commitment with the anti-racist and anti-sexist struggle for society as a whole.

Keywords: Black intellectuals; Education; Ethnic-racial relations.

¹ Ativista do Movimento Popular de Saúde, integrante do Coletivo Regina Pinho, professora da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: vivianeramiro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4916-2727>.



ITINERARIO DE FORMACIÓN DE UN INTELLECTUAL NEGRO CON BASE EN NEABI (UENF)

Resumen: A través de la narración en primera persona a bordo temas relacionados con el proceso formativo de una intelectual negra desde una perspectiva de Educación para las Relaciones Étnico-Raciales. Este texto es el resultado de mis experiencias profesionales y académicas, así como refleja los esfuerzos colectivos para la elaboración del Dossier: “10 años de NEABI-UENF”. El objetivo es resaltar las posibilidades y desafíos de una educación antirracista de la implementación de la Ley 10.639/2003 en las instituciones educativas brasileñas. Por eso, yo problematizo las asimetrías generados por el racismo y el sexismo en nuestra sociedad. La consolidación de herramientas y prácticas educativas colaborativas que apuntan a otras formas de pensar y producir conocimiento sobre el mundo social. Tal debate plantea la necesidad de un compromiso ético-político con la lucha antirracista y antisexista por la sociedad en su conjunto.

Palabras-clave: Intelectual negro; Educación; Relaciones Étnico-raciales.

PARCOURS DE FORMATION D'UN INTELLECTUEL NOIR BASÉ SUR NEABI (UENF)

Résumé: Sur la base du récit à la première personne, j'aborde les questions liées au processus de formation d'un intellectuel noir dans une perspective d'éducation aux relations ethnico-raciales. Ce texte est le fruit de mes expériences professionnelles et académiques, ainsi que des efforts collectifs pour l'élaboration du dossier 10 ans de NEABI-UENF. L'objectif est de mettre en évidence les possibilités et les défis d'une éducation antirraciste à partir de la mise en œuvre de la loi n ° 10 639/2003 dans les établissements d'enseignement brésiliens. Pour ce faire, je problématise les asymétries générées par le racisme et le sexisme dans notre société; et la consolidation d'outils et de pratiques pédagogiques collaboratifs qui pointent vers d'autres manières de penser et de produire des connaissances sur le monde social. Un tel débat soulève la nécessité d'un engagement éthico-politique dans la lutte antirraciste et antisexiste pour la société dans son ensemble.

Mots-clés: Intellectuels noirs; Éducation; Relations Ethnico-raciales

INTRODUÇÃO

Este texto é parte da pesquisa de tese² intitulada *Organização de Mulheres Negras no assentamento Zumbi dos Palmares³, em Campos dos Goytacazes (RJ)*,

² Com a orientação do prof. dr. Paulo Marcelo Souza, do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA/Uenf); e da prof.^a dr.^a Maria Clareth Gonçalves Reis, do Centro de Ciências do Homem (CCH/Uenf).

³ Considerado uma conquista do MST na região, é o maior assentamento de reforma agrária no território fluminense. Localizada entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana,



inserida no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) dessa mesma instituição de ensino, com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O presente trabalho surge do esforço coletivo, um aquilombamento em prol da elaboração do dossiê *10 anos do NEABI da UENF: produção de conhecimentos e outras possibilidades de combate ao racismo estrutural*.

Recebi, com alegria, o convite da professora Maria Clareth Gonçalves Reis para fazer parte desse projeto de sistematização, um empreendimento intelectual que visa documentar o fazer pedagógico de docentes e da produção de conhecimentos comprometidos com a transformação de relações sociais e acadêmicas ainda fundadas em sistemas de dominação, como o racismo, o elitismo e o sexismo. Neste trabalho, apresento uma breve discussão sobre os aspectos que considero mais significativos do meu percurso formativo como intelectual negra. Ao discutir esse processo, busco ressaltar as possibilidades e os desafios para a consolidação de uma educação antirracista, a partir da implementação da Lei n.º 10.639/2003 (BRASIL, 2003) nas instituições de ensino brasileiras.

A opção pela narrativa em primeira pessoa fundamenta-se em uma tradição teórico-metodológica que, de acordo com Giovana Xavier⁴ (2021), apresenta caminhos alternativos de produção científica, dentro da abordagem que conceitua a história intelectual das mulheres negras. Desse modo, essa autora defende um projeto de formação e construção de ciências⁵ que permita “[...] avançar no estudo das formas de agir, pensar e produzir saberes empreendidas por mulheres negras em tempos e espaços distintos” (XAVIER, 2021, p. 226).

Ainda que tenha me definido como intelectual negra muito recentemente, esse processo de identificação perfaz um denso exercício reflexivo, com leituras, diálogos e muitas ponderações, dinâmica que me forneceu as bases para confrontar imaginários

essa área abriga 506 famílias. A escolha do nome Zumbi dos Palmares, referência ao símbolo da resistência negra no país, ocorreu pelo fato de a região ser formada por uma população composta, em sua maioria, de pessoas negras.

⁴ Doutora em História Social e prof.^a da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵ A exemplo da experiência do Grupo de Estudo e Pesquisa Intelectuais Negras conduzido pela autora na UFRJ (XAVIER, 2021).



racistas construídos historicamente sobre a população negra. Um dos aspectos mais significativos desse processo formativo se encontra na produção de conhecimentos e práticas antirracistas potentes, em especial, nas conduzidas por mulheres negras de diversos movimentos sociais e acadêmicos, os quais tive a oportunidade de conhecer e aos quais pude me associar⁶. Sendo assim, a consolidação de práticas educativas cooperativas, desde uma perspectiva antirracista, permite-me repensar minhas práticas sociais, ressignificar representações sobre meu lugar no mundo e me (re)posicionar como sujeito pensante que produz conhecimentos.

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais, denominadas *poéticas finais*. No primeiro tópico, traço um breve panorama do contexto histórico e sociopolítico no qual se insere as reflexões elaboradas neste texto. Posteriormente, abordo alguns aspectos da minha trajetória pessoal, política e acadêmica para, em seguida, estabelecer diálogos com o debate sobre a Educação para Relações Étnico-raciais⁷, tendo por base algumas referências teóricas que considero imprescindíveis nesse campo temático. Por fim, discuto as assimetrias de gênero e raça que desafiam as instituições e as organizações sociais comprometidas com a luta antirracista a criarem políticas de afeto, ferramentas comunicativas e estratégias formativas que rompam com lógicas racistas, sexistas e elitistas em todos os níveis e setores da educação (COLLINS, 2012).

A consolidação de uma perspectiva de educação antirracista faz parte de movimentos sociais e políticos cada vez mais ampliados, nos quais as mulheres negras ocupam papel singular, de modo que, sem elas, não é possível compreender a forma pela qual determinadas instituições sociais (in)viabilizam a formação intelectual das mulheres negras.

ARTESANAR TEXTOS, DELIMITAR CONTEXTOS

A negação histórica da contribuição dos povos indígenas e da população negra na história e na cultura brasileiras tem sido um dos principais pilares da política de

⁶ Refiro-me especialmente à minha inserção no Neabi-Uenf e à criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em Campos, ao qual sou filiada.

⁷ De acordo com a intelectual negra Nilma Lino Gomes, o uso desse termo demonstra uma consideração com uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos/as negros/as no Brasil (GOMES, 2011).



dominação colonial implantada na América, incluindo o território que se convencionou chamar de Brasil. Com a imposição dessa ordem social, os povos racializados foram subjugados, tendo sua história silenciada.

Nas sociedades colonizadas, o acesso ao conhecimento é possibilitado a partir da visão eurocêntrica. Desse modo, os saberes dos demais povos são invisibilizados, apagados ou silenciados na produção de narrativas hegemônicas. Em nosso imaginário social, impera o paradigma da democracia racial. Essa ideologia política acaba por naturalizar desigualdades raciais construídas socialmente, que dificultam a identificação e a organização de grupos subalternizados, assim como lhes impõe condições de vida cada vez mais precarizadas (KABENGELE, 1999).

Mesmo assim, muitas instituições de ensino se omitem frente ao racismo, conforme ressalta a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ao retratar a situação do ensino sobre relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, Silva (2007) demonstrou que o currículo escolar reflete a recorrente negação da diversidade, que constitui a realidade concreta do país. Além disso, a autora realça que os conhecimentos e os valores transmitidos aos/às estudantes se limitam a reproduzir as visões de mundo do ponto de vista europeu, enquanto desconsideram as contribuições de minorias étnicas, que expressam outras narrativas sobre o mundo (SILVA, 2007).

Em seus estudos, a historiadora Beatriz Nascimento chamou atenção para a existência de um lapso do conhecimento na produção da história dos brasileiros. Essa situação, segundo essa autora, configura uma ruptura dos/as negros/as com o seu passado, que agrava o desconhecimento de sua condição atual (NASCIMENTO, 2001). Para romper com essa mistificação racial, a antropóloga Lélia Gonzalez defende: “[...] o ato de falar com todas as suas implicações [...]”, pois “[...] temos sido falados, infantilizados [...]”. Por isso, a intelectual convoca-nos a “[...] assumirmos nossa própria fala [...]” (GONZALEZ, 1984, p. 125). Nascimento deixou pistas valiosas ao sugerir que sigamos a História viva — o que pensamos e sentimos —, e não aquela arbitrariamente imposta pelo colonizador (NASCIMENTO, 1974).

As lutas históricas dos movimentos negros brasileiros constituíram-se em uma importante ferramenta política antirracista que influenciou o debate e a proposição de políticas públicas e instrumentos normativos, a exemplo da promulgada Lei n.º 10.639/2003 (BRASIL, 2003). Como desdobramento, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) foi alterada e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas do país.

Mais cinco anos foram necessários para que a história e a cultura indígenas também se tornassem obrigatórias, por meio da Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008). Ao refletir sobre os desafios para superarmos o racismo na escola, a doutora em educação Rita Potiguara afirma que:

A implementação da lei ainda permanece como um desafio, sobretudo quando se considera suas implicações nos cursos de formação de professores. Há uma grande lacuna a ser preenchida no que se refere à história e cultura dos povos indígenas, por exemplo. Entretanto, temos em todo o país o desenvolvimento de ações nesse campo, a exemplo de cursos de extensão, disciplinas específicas, núcleos de estudos e pesquisas criados nas universidades, publicação de materiais didáticos, a exemplo dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro e Indígena, NEABI, (POTIGUARA, 2020, s/p).

De acordo com o estudo realizado por Silvana Vanessa Peixoto, os Neabis têm desempenhado um papel ativo e fundamental na implementação das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, tornando-se um espaço de formação de professores/as na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Além disso, a autora chama a atenção para o papel das universidades brasileiras em fomentar a percepção dos/as futuros/as docentes em relação às ideologias e aos estereótipos racistas socialmente produzidos e veiculados pelos diversos materiais didáticos em uso nessas instituições e desmistificar valores particulares que os currículos escolares, muitas vezes, apresentam como universais (PEIXOTO, 2017).

Sob este ponto de vista, o Neabi-Uenf reflete a criação de um espaço agregador e acolhedor de pessoas de diferentes lugares, cursos e afiliações políticas. Por meio desse projeto, são desenvolvidas reflexões sobre a temática Educação para as Relações Étnico-raciais, que apontam questões sobre os processos formativos de educadores/as e suas práticas pedagógicas nos diversos contextos educativos. Uma política de afetos matrigestada⁸ por muitas mentes, muitos corações e muitas mãos e que não se faz sem conflitos, uma vez que se trata de mexer com privilégios historicamente fixados. As parcerias estabelecidas pelos coletivos, pelos movimentos e pelas organizações que

⁸ Feministas negras e o Mulherismo Africano utilizam o termo em uma perspectiva afrocentrada para se referir ao sagrado feminino africano e sua capacidade de gerar, criar e manter relações sociais. Essa dimensão está em todos, sendo uma potência criadora dos seres, e não entendido em termos generificados. Sendo assim, homens e mulheres são matrigestores/as. Sobre as principais referências no assunto, ver Pensamentos Mulheristas (2016).



compõem o Neabi-Uenf favorecem diálogos que ganham materialidade em diversos projetos de pesquisa e extensão. Em particular, a agenda dos grupos de estudos compõe momentos de ricas reflexões e tornou-se uma experiência formativa que me possibilitou assumir o compromisso ético e político com a luta antirracista dentro e fora do ambiente universitário.

Para Tatiana S. Paz, a sistematização de processos formativos possibilita significar histórias de vida, porquanto eles são construídos por diferentes experiências vitais que não se limitam aos espaços formais de educação (PAZ, 2019). Desse ponto de vista, as vivências educativas em contextos de formação e pesquisa fazem dessa narrativa um relato de experiência. No próximo tópico, evidencio alguns aspectos do meu processo formativo como intelectual negra, uma reivindicação que se insere no projeto político e epistêmico negro e decolonial.

UM PERCURSO, MUITOS CAMINHOS...

A escrita de si surge em um exercício constante de memória e seleção de fatos, portanto realiza-se na (re)criação de uma história, uma dada trajetória ou um percurso. É, desse modo, um movimento importante situar o local de onde falo, a minha formação, os meus engajamentos políticos, a minha forma de ver e pensar o mundo e as relações que estabeleço a partir dele. Como diz a escritora Conceição Evaristo, um pensamento forjado não só a partir das mais velhas mulheres que estão na linha de frente, mas também a partir daquelas que formaram e formam, espiritual e eticamente, e deram a ele as bases epistêmicas, estéticas e éticas, pois nossos passos vêm de longe⁹, da sabedoria de minha mãe, que sempre me incentivou a estudar e que me inspirou na escrita criativa; e das tias velhas, que, por meio de afonarrativas, ninaram-me e formaram meu “sentir-pensar-agir¹⁰” no mundo.

Só recentemente descobri a escrita potente de Carolina Maria de Jesus. Sacio-me na literatura produzida por Cristiane Sobral, Cidinha da Silva, Ryane Leão. Conheci

⁹ O uso desse termo se tornou uma referência para os movimentos de mulheres negras com a publicação da obra *Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe*, organizada por Jurema Werneck *et al.* (2006).

¹⁰ Vera Regina Rodrigues da Silva, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), propõe a ideia “sentir-pensar-fazer” como forma de produção do conhecimento.

Tariane Bertoza¹¹, entre tantas outras mulheres negras que desafiam o regime patriarcal racista de escrita. Nesse multiverso de vozes que se erguem, reconheço-me e fortaleço-me, pois, nas palavras de Jaqueline Conceição da Silva, é na construção cotidiana das ações que temos buscado outras formas de inscrever a memória negra partilhando experiências e saberes (SILVA, 2021). Estou em luto frente ao feminicídio, ao epistemicídio, ao genocídio e ao nutricídio. Aprendi que o racismo mata, mas que o luto também pode se transformar em luta, como nos ensina o movimento das Mães de Maio.

Na caminhada com as mulheres negras sem-terra, pude perceber que construir solidariedade entre nós é uma forma de restituir nossa humanidade. Uma política de (auto)cuidado compartilhada e anticolonial, como na “paz do quilombo¹²”, formulada por Beatriz Nascimento (2018); ou no Movimento Negro Educador, como diz Nilma Lino Gomes (2003). Ademais, as ações afirmativas refletem um conjunto amplo de políticas e programas com o objetivo de oportunizar grupos historicamente excluídos de determinados espaços de poder, como é o caso das universidades.

Nos últimos anos, muitas iniciativas e inovações têm surgido no âmbito educacional, no sentido de reconhecimento da diversidade, de modo especial, no que se refere à história e à cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas. Nesse sentido, o Neabi é uma ação política, pedagógica e institucional. Esse espaço visa proporcionar estudos e discussões com o objetivo de promover, fortalecer e organizar atividades voltadas ao respeito e à diversidade étnico-racial, sejam elas no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

Quando o Neabi-Uenf foi criado, eu passava por significativas mudanças na minha vida profissional. De certa forma, buscava uma tentativa de desvencilhar-me da inserção precarizada no mercado de trabalho como fisioterapeuta. De modo geral, o movimento de terceirização dos serviços médicos tem imposto relações de trabalho cada vez mais instáveis no âmbito da saúde pública e privada. Naquele momento, tinha defendido minha dissertação, intitulada *Da medicalização a patrimonialização: As*

¹¹ Assistente social e escritora, além de uma grande amiga. Recentemente, nossos encontros fraternos resultaram na elaboração e no desenvolvimento de projetos literários e culturais, a exemplo do Sarau Cultural pela Reforma Agrária, que está em sua terceira edição.

¹² Beatriz Nascimento superou a visão colonial de quilombo ao propor a ideia de quilombo como uma construção social que tinha economia e relações próprias. Para a autora, a paz quilombola seria o momento no qual o quilombo se mantinha organizado, produzindo e desenvolvendo relações sociais dentro da própria comunidade, bem como em regiões de vizinhança. Nesse sentido, o desenvolvimento de relações sociais possibilitou a construção de outros modos de vidas (SANTOS *et al.*, 2020).



*ações de reconhecimento da medicina popular engendradas por agentes associados a Rede Fitovida*¹³, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Uenf.

O interesse pelo tema é, em parte, fruto do engajamento no Movimento Popular de Saúde Alternativa do Rio de Janeiro, também conhecido por Rede Fitovida; como também da busca pela melhor compreensão dos limites do campo de atuação profissional. Realizei o curso de Fisioterapia em uma instituição privada, com um perfil formativo extremamente tecnicista, baseado em um modelo de atenção à saúde de viés hospitalocêntrico.

Durante cinco anos, ouvi, de diferentes formas, que os saberes da população da qual eu fazia parte eram crendices. Passei por longos anos sem ler ou fazer qualquer discussão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Quando terminei a graduação, logo me inseri em um curso de especialização em Docência do Ensino Superior, também em uma instituição privada, mas não o concluí. Na época, não sabia bem o que buscava, mas as situações de adoecimento e morte que acompanhei me marcaram profundamente. Estranhava a naturalização, por parte de alguns profissionais de saúde, de tanto sofrimento. Além disso, queria saber o porquê de tantos falecimentos.

Ter sido selecionada para cursar Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi um divisor de águas na minha vida profissional e acadêmica. Lá houve momentos de muitas descobertas, em que comecei a compreender questões sociais que me eram caras, a exemplo das origens socioeconômicas de doenças que afetam sobremaneira a população negra, como a tuberculose, o alcoolismo, as altas taxas de morbidade e mortalidade e outros tipos violações reproduzidas nos sistemas de saúde em que eu trabalhava.

Na Ensp, tive acesso ao debate sobre Educação Popular em Saúde, o que, de certa forma, aproximou-me do trabalho realizado por mulheres negras na Baixada Fluminense, em grupos comunitários e em pastorais sociais. Sonia Ferreira Martins faz parte do Movimento de Mulheres Negras em Queimados, RJ, e coordena a equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Nova Iguaçu. Juntamente a ela, havia Elizabeth da Cruz Martins, falecida em consequências da covid-19, em 2021, e uma das principais

¹³ A Rede Fitovida é uma organização formada por agentes e grupos comunitários de saúde que estão localizados em várias regiões do estado do Rio de Janeiro. Essa entidade foi criada nos anos 2000, com o objetivo de fortalecer o trabalho de cura realizado por esses grupos e valorizar os saberes e as práticas de tratamentos dos agentes e dos grupos associados a essa rede.



idealizadoras e gestoras da proposta de inventário dos saberes e das práticas de cura dos agentes ligados à Rede Fitovida. Com mulheres como essas, do movimento de saúde, compartilhei e compartilho sonhos e desejos expressos em projetos de escrita coletiva¹⁴. São movimentos de inquietude e indignação que fazem frente à desgraça que é viver sob a égide do capitalismo; e que promovem momentos e espaços de aprendizagem que põem em contato diversas pessoas e mobilizam recursos diversos, para que as mulheres empreendam uma luta política contra diferentes formas de opressão.

Nessa dinâmica de (auto)conhecimento, reconheço também os limites da pauta política mobilizada por parte dos movimentos da classe trabalhadora. À época da minha defesa de dissertação, Fátima Regina Cecchetto, doutora em Saúde Coletiva e componente da minha banca avaliadora, questionou-me o porquê de as questões de gênero e as relações de cuidado não terem sido tratadas em meu trabalho, pois historicamente essas tarefas são atribuídas às mulheres, que compõem, de forma majoritária, meu campo de pesquisa¹⁵.

Tais colocações me provocaram a fazer novas reflexões e repensar minhas práticas como educadora que apoia as ações de educação em saúde de mulheres em contextos rurais. Nesse momento, as questões raciais também aparecem como uma das facetas do racismo, que desvaloriza e nega saberes e práticas culturais das populações negra e indígena. Dentre algumas narrativas que registrei, figuravam identidades construídas pela negação do “outro”: “Sou ex-rezadeira, agora eu oro em nome de Jesus” ou “o que eu faço não é macamba!”.

Tentei, pela primeira vez, o doutorado no PPGSP da Uenf, no mesmo programa em que eu havia feito o mestrado. A proposta apresentada por mim buscava tratar das questões raciais que emergiram durante o trabalho de campo, mas o projeto foi reprovado. Lembro que tentei defender minha tese, mas fui cortada, de forma enfática, por uma mulher branca, que alegava, segurando uma cópia do meu projeto em suas mãos: “seu projeto não tem originalidade”. O silêncio dos demais membros da banca de avaliação foi curioso. Nada de questionamento sobre o objeto, a metodologia, as razões do meu interesse pelo tema... Retirei-me da sala com uma vontade imensa de nunca mais retornar, tentando entender o que havia ocorrido ali.

¹⁴ A exemplo do Inventário sobre os saberes e as práticas de cura dos agentes associados à Rede Fitovida (REDE FITOVIDA, 2007).

¹⁵ Dados que havia coletado em meu trabalho de campo realizado em áreas de assentamentos da reforma agrária e comunidades negras rurais, na região Norte Fluminense.



Esse tipo de postura agressiva não é incomum nos meios acadêmicos. Há vários relatos de estudantes que passam por diferentes tipos de humilhações e violências simbólicas, que vão desde desrespeitos a ameaças em circunstâncias diversas. Frente às situações que relato neste texto, criei uma personagem para representar a postura autoritária de mulheres brancas universitárias, docentes, estudantes e pesquisadoras: a *Sinhá Intelectual*, uma armadura inscrita no poder autocrático, as leis das pessoas de “bem”, que julga entre quem sabe e quem não sabe, seu papel é defender, a ferro e fogo as fronteiras entre quem possui ou não determinadas capacidades consideradas superiores. Em contraponto, a *Nigrinha*, personagem que circula no imaginário social campista em distintas situações cotidianas, é um lugar reificado associado ao não sentir/pensar/agir no mundo, pois ela carece de moral e civilidade, do padrão cultural imposto como universal pelos colonizadores.

O uso recorrente da expressão *Você tá pensando que sou sua Nigrinha?*, referida como um questionamento por mulheres em situações que se sentem ofendidas ou objetificadas por outrem; ou da afirmação negativa *Não sou sua Nigrinha!* revela o teor racista e sexista na linguagem cotidiana na região. Uma integrante do Coletivo Regina Pinho, disse-me em entrevista que: “minha avó me chamava assim” em situações que ela se sentia desrespeitada pela neta. Conforme uma professora negra que reside e atua numa escola rural da região, *Nigrinha*, refere-se “a mulher a toa”, “sem modos”, “oferecida”, ou seja, qualquer comportamento que não reflita o ideal de feminilidade imposto pela lógica racista e sexista é denominado, segundo ela, de *Nigrinhagem*. Expressões que refletem o lugar reservado a nós, mulheres negras, historicamente na sociedade brasileira. Não por acaso, há uma dificuldade de algumas pessoas para lidar com mulheres negras que assumem cargos de poder, pois não toleram ser comandadas por nós.

Em *Intelectuais Negras e Racismo Institucional: Um corpo fora de lugar*, a professora Livia explica que “[...] uma vez libertas da opressão escravistas, vimo-nos aprisionados num outro sistema perverso, uma vez que cobra de nós a excepcionalidade para que possamos contar como cidadãos que importam” (NATÁLIA, 2018, p. 754). A autora defende a descolonização mental para pensar a intelectualidade de mulheres negras, uma forma de questionar lugares estabelecidos historicamente.

[Pois,] nossa subjetividade, nesse contexto, foi forjada para a doença e vulnerabilidade. Nosso lugar, no mais das vezes emanado de um espaço



de pobreza e miserabilidade e subserviência, nos conduz, quase que naturalmente, ao lugar do negro patologizado pelos seus sofrimentos. Medicamo-nos contra dores terrivelmente palpáveis, mas invisíveis, e a analgesia psicanalítica não nos abriga, posto que ela não se formou para entender o contexto de sofrimento que as diferenças racial e de gênero pode provocar na formação da psique humana (NATÁLIA, 2018, p. 760–761).

Na escola onde atuo como diretora adjunta, é comum eu receber reclamações de estudantes negros/as em relação a posturas racistas por parte de diferentes atores. Noto, porém, nos recentes diálogos coletivos que promovemos, junto à comunidade escolar, que é muito comum o discurso que afirma isto: “não sou racista”. Certa vez, uma professora branca justificou a sua posição, as relações que estabelece e do desconforto que sentia em relação a um aluno negro. “Eu faço doações, ajudo da forma que posso, tenho maior prazer em explicar [o conteúdo], mas não gosto do jeito ele me olha...”, pois se sentia confrontada.

Uma professora negra completou: “Ah, essa família é assim [...], muito arrogante!”. Notei, então, que a questão não era o estudante ser preto. O problema era ele ser preto e “arrogante”, o que o tornava “suspeito” e gerava medo e atitudes discriminatórias por parte dessas professoras em relação ao estudante citado. A discriminação racial gera um *apartheid* nas escolas públicas entre aqueles/as considerados/as “competentes” ou não. Afinal, qual é a cor dos/as estudantes “problemas”, “copistas” ou com distorções idade-série que figuram nos elevados índices de reprovação e evasão escolar?

A violência racial expressa-se de múltiplas formas e está refletida nas sobretaxas de mortalidade materna, feminicídio e empobrecimento das famílias negras, sobretudo as chefiadas por mulheres. Para a professora de Direito Thula Pires¹⁶, o fenômeno do racismo institui um mundo compartimentalizado em duas zonas: a “zona do ser” e a “zona do não ser²⁰”. Segundo essa autora, na zona do não ser,

[...] nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. Somos invadidas/os em sua intimidade, desintegradas/os de nossa natureza. É um mundo sem intervalo, interrompido, esfomeado ao mesmo tempo em que tudo se enfia goela abaixo. É o espaço onde a norma é a violência (PIRES, 2020, s/p).

¹⁶ Informação registrada durante uma aula proferida pela professora Thula Pires no XIV Curso de Atualização, *A Teoria e as Questões da Diáspora Africana nas Américas* (CRIOLA, 2020),



Pires defende que o racismo decorre de escolhas políticas do projeto moderno colonial de base escravista que forjou um capitalismo que é racial e sexualmente informado. Ainda, conforme a autora, o exercício da humanidade plena é atributo exclusivo dos brancos, especialmente se ainda forem homens, cis, heterossexual, cristão, proprietários e sem deficiência. Assim, segundo ela, não importa o regime político e o modelo econômico, é a violência permanente sobre a “zona do não-ser” que sustenta e garante o exercício da humanidade pela “zona do ser” (PIRES, 2020).

O pesquisador Filipe Freitas¹⁷ compreende a violência racial como um legado colonial legitimado pelo poder do Estado. Uma estrutura formada pela instituição policial, grupos como a milícia e as organizações privadas, assim como o judiciário e o sistema político. Esse tipo de violência, conforme o autor, é útil para proteger e manter intacta a ideologia supremacista branca. Nessa perspectiva, a violência organiza o controle social do poder e afeta as afetividades e as práticas sociais (FREITAS, 2020).

Passei momentos conturbados, com a perda de dois amigos que conquistei a partir do trabalho que desenvolvi em áreas de assentamento de reforma agrária. Entre eles, está o agricultor alagoano Cícero Guedes, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que coordenava o setor de produção na região; e a agricultora Regina dos Santos Pinho, ambos assassinados em um intervalo de uma semana, em 2012. A violência no campo é uma realidade perversa e fruto da injustiça imposta ao cotidiano das famílias sem-terra em todo o país, conforme registro do Caderno de Conflitos no Campo publicado pela CPT anualmente.

Em Campos¹⁸, esses assassinatos alcançaram repercussão nos meios de comunicação local e mobilizaram entidades e organizações do campo que denunciam as violações dos direitos dos/as camponeses/as em diversas esferas da vida, como no trabalho e no acesso à terra e a outros bens e serviços públicos. Tal situação instaurou um clima de medo e insegurança nos assentamentos da região.

Regina, de origem afro-indígena, como costumava afirmar, à época do seu assassinato, tinha 56 anos, era viúva e deixou filhos, netos e muitos amigos. Na

¹⁷ Informações da aula proferida durante o XVI Curso *A Teoria e as Questões da Diáspora Africana nas Américas* (CRIOLA, 2020).

¹⁸ A região de Campos concentrou o maior contingente de pessoas escravizadas no estado do Rio de Janeiro. A maior parte delas teve sua força de trabalho explorada nos engenhos de açúcar. Após a abolição, grande parcela dos/as escravizados/as continuou trabalhando no corte da cana. Com a decadência das usinas açucareiras, a partir dos anos 1970, parte dos/as trabalhadores/as expulsos/as do interior desses latifúndios vai se organizar para reivindicar o direito à terra.

localidade, era conhecida como “bruxinha das ervas”, uma alusão aos saberes de cura que ela dominava, uma referência às suas origens afro-indígenas. Não foi por acaso que ela apoiou diversas atividades culturais no Zumbi, a exemplo da Festa Julina Camponesa¹⁹, assim como o desenvolvimento de programas e projetos voltados para a elevação da escolaridade para jovens e adultos. Nesse período, ela se inscreveu no Projovem Campos Saberes da Terra²⁰, mas não conseguiu frequentar as aulas, pois o governo do estado do Rio de Janeiro não viabilizou o transporte, o que a impediu, assim como vários/as outros/as assentados/as, de participar das aulas. Seu sonho era terminar o ensino fundamental para fazer o curso técnico de Enfermagem.

Regina nunca se isolou. Pelo contrário, integrou-se à vida comunitária do Zumbi para apoiar as ações coletivas, como a do Grupo Amor do Campo, que prestava serviços de saúde por meio da produção e da distribuição de remédios artesanais à base de plantas medicinais, com o apoio da CPT. Desempenhou papel singular na construção de espaços de comercialização para o escoamento da produção agrícola do Zumbi, como a realização da Feira Agroecológica, no Instituto Federal Fluminense, por meio de um projeto de extensão²¹. Esse processo ganhou força quando Regina passou a se reunir com agentes religiosos, lideranças e educadores da região para discutir estratégias de geração de renda para as mulheres assentadas. Contribuiu com o trabalho organizativo dos grupos de base do MST, nas instâncias organizativas do Zumbi. Cativou muitas amizades e partilhou afetos e ensinamentos valiosos.

Como forma de homenageá-la, o grupo de mulheres passou a se denominar Coletivo de Mulheres Regina Pinho. Por meio dessa ferramenta organizativa, as mulheres assentadas dão visibilidade a suas demandas específicas, como também contribuem com o fortalecimento da agenda política dos assentamentos de reforma agrária. A organização de mulheres na luta pela terra é um processo coletivo, que envolve diferentes atores sociais e dinâmicas de sociabilidade que ultrapassam as instâncias políticas do MST e de seus territórios (MARTINS, 2015).

¹⁹ Dentre outras ações culturais, a exemplo da apresentação da peça *O itinerário de um cortador de cana* e o projeto *Reforma Agrária em Contos e Versos*.

²⁰ Programa federal executado em 2011 pelo governo do estado do Rio de Janeiro para qualificação profissional de jovens da agricultura familiar.

²¹ Coordenado pela professora Cláudia de Oliveira, de 2010 a 2012.

Percebe-se, no entanto, que as contribuições das mulheres negras no processo de luta pela terra são desconsideradas em termos políticos e epistêmicos. De fato, pouco sabemos sobre essas participantes, suas histórias de vida, de que forma elas percebem e constroem saídas para os problemas que enfrentam e como elaboram estratégias, pensam o mundo e intervêm nele. Na literatura sobre a questão agrária existente, elas são invisibilizadas ou vítimas de leituras distorcidas ou preconceituosas.

Frente ao epistemicídio, uma de suas amigas, que também reside no Zumbi, disse-me em entrevista: “[...] tô escrevendo a minha história, minha luta. Quero que meus netos cresçam e saibam quem eu fui, o que fiz pra eles terem uma vida melhor” (ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2018). Considero a sua proposta um ato revolucionário, uma política de escrita de uma mulher negra sem-terra que precisa ser coletivizada. Mesmo sem acesso aos seus textos, pude perceber a potência desses registros em sua fala. Quantas implicações eles teriam em nossa sociedade, especialmente para os grupos alijados do acesso à educação.

Por meio da narrativa²² de filhas de mulheres assentadas, tive conhecimento sobre as práticas pedagógicas de professoras de escolas rurais que utilizam a autobiografia como ferramenta pedagógica em suas aulas, assim como sobre os impactos dessas escritas na vida das suas alunas, que produzem conhecimento sobre si mesmas e suas realidades. São experiências pedagógicas também invisibilizadas pelas pressões das estruturas escolares hierarquizadas, engolidoras de mundos, que sugam a energia criativa dos sujeitos educativos.

Essas são algumas das questões que orientaram a elaboração do meu atual projeto de tese, uma conquista que é fruto também do apoio e do estímulo que recebi de familiares e amigos próximos, que insistentemente me motivaram a tentar a seleção para o doutorado pela segunda vez. A aprovação trouxe-me não só alegria, mas também preocupação, pois surgiu o medo de eu não conseguir executar as atividades propostas pelo curso e ter de encontrar formas para conciliar os afazeres domésticos com os estudos e o trabalho.

Insegurança que reflete também o contexto de crise política instaurada com o golpe político-jurídico-midiático que resultou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Houve, como consequências, a destituição de secretarias e

²² Em oficina de escrita criativa realizada com 15 jovens de assentamentos rurais e de comunidades periféricas da região, com assessoria de Cidinha da Silva, organizada pelo Coletivo Regina Pinho, com o apoio da CPT, em 2020, de forma online.

ministérios e o congelamento de gastos públicos nas áreas sociais²³, ações que afetaram sobremaneira a classe trabalhadora e os territórios periféricos onde moro e atuo como educadora.

No doutorado, a reaproximação com a agenda do Neabi permitiu-me o acesso a referências teóricas sobre “raça²⁴” e racismo no contexto brasileiro, especialmente à obra *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, de Kabengele Munanga. As leituras e os debates provocaram-me a repensar os paradigmas conceituais e teóricos com os quais eu dialogava e que, de modo geral, desconsideram as contribuições das mulheres negras, em especial, nos contextos rurais.

No ano seguinte, com a pandemia da covid-19, vivemos um luto coletivo com milhares de vidas perdidas. No Rio de Janeiro, a primeira vítima fatal da doença foi uma empregada doméstica. Segundo o dossiê *Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, a categoria de empregados/as domésticos/as é majoritariamente feminina. Entre as mulheres, a proporção de negras é bem maior que a de brancas.

Dados recentes reafirmam uma grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico. No qual, 6,2 milhões de pessoas, entre mulheres e homens, estavam empregados no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas, portanto, respondem por 63% do total de trabalhadores/as domésticos/as. Assim, essa realidade as direciona desproporcionalmente, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração que lhes são característicos (IPEA, 2019).

Em 2015, a então presidenta Dilma Rousseff assinou a Emenda Constitucional que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas. O projeto tramitava desde 2013 no Congresso Nacional. Seis anos após essa conquista, a lei continua sendo desrespeitada. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou o total de 6,3 milhões das pessoas ocupadas em trabalhos domésticos. Desse total, apenas 27% (1,5 milhões) contavam

²³ A aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55 congelou os investimentos em áreas sociais por 20 anos. Na área educacional, programas como o Ciência sem Fronteiras e ministérios como o da Previdência, do Desenvolvimento Agrário, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial foram extintos.

²⁴ O termo aqui utilizado não diz respeito à dimensão biológica, mas, sim, à realidade social da população negra em contextos diaspóricos, como o do Brasil.

com carteira de trabalho assinada e 4,3 milhões atuam sem vínculo empregatício. Nesse universo, 92% eram mulheres, sendo 65% delas negras (IBGE, 2019).

A crise política e sanitária impactou sobremaneira nas condições de vida da população negra, pois o desemprego e a informalidade cresceram absurdamente, nos últimos anos. A doença do novo coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres. Isso ocorre pelo fato de estarmos mais expostos à contaminação, já que temos maiores dificuldades de fazer o isolamento e ter acesso ao sistema de saúde. Além disso, sofremos mais com o agravamento de comorbidades, como diabetes e hipertensão, não devido a causas hereditárias, mas porque, como grupo social, estamos mais expostos/as a condições de vida precarizadas. Nesse sentido, as desigualdades raciais e de gênero aumentam a morbidade e a mortalidade por covid-19, uma vez que a pandemia gera impactos, de forma mais aguda, na vida das mulheres negras, conforme estudos realizados por pesquisadores/as ativistas no campo da saúde da população negra (PENSAR AFRICANAMENTE, 2021).

A necessidade de isolamento social também se refletiu no sistema escolar. Os/As educadores/as tiveram de readaptar suas práticas com a oferta do ensino remoto, situação que gerou intensos debates e questionamentos sobre as condições de acesso à tecnologia, como computadores e internet, pelas escolas públicas. Nos cursos de pós-graduação, não foi diferente, porém, mesmo com serviços precários das operadoras que oferecem as redes de internet, pude me aproximar de grupos de estudos e interagir com eles, realizando cursos *online* que me possibilitaram o acesso a referências teóricas, um contato antes muito limitado e orientado por uma tradição teórica hegemônica.

Por meio das redes sociais, dialoguei com grupos de pesquisas como o Candaces - Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero, Raça, Cultura & Sociedade, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)²⁵; e o Grupo de Pesquisa Observatório de Mulheres Negras Oju Obirin²⁶, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), com os quais passei a estabelecer trocas e reflexões sobre outras epistemologias, a exemplo das teorias sobre colonialidade (QUIJANO, 2005), as ideias sobre colonialidade de gênero (LUGONES, 2008) e, sobretudo, os pressupostos teórico-

²⁵ A partir do curso de formação *Candaces: Epistemologia das Amefricanas: Construindo diálogos de (Re)Existências Feministas e Decoloniais na Diáspora Negra*, organizado pelo Grupo de pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura & Sociedade da Uneb.

²⁶ Grupo de estudos e análises que diz respeito às vivências, às experiências e às trajetórias de mulheres negras brasileiras. Site oficial: ojuobirin.com.br.



metodológicos do feminismo negro, os quais fundamentam as bases conceituais do meu trabalho de pesquisa.

Ter cursado a disciplina Relações Étnico-Raciais, ministrada pela professora Maria Clareth Gonçalves Reis, coordenadora do Neabi-Uenf, marcou meu desenvolvimento intelectual no que diz respeito a essa temática. Não só pela apropriação teórica de conceitos sobre as formas com que o racismo organiza e estrutura a vida social, como também pela possibilidade de empreender ferramentas que me permitem romper com as lógicas racistas e sexistas que operam em nosso cotidiano, nas relações pessoais que estabelecemos e na forma como nos posicionamos frente a tais situações de opressão e violência.

No meio universitário, sempre me incomodou ser, em muitos ambientes, a única negra retinta e ser interpelada por professores que proferem piadas racistas para tornar a aula mais “engraçada”. Certa vez²⁷, fui chamada por uma liderança masculina sulista do MST de “Benedita da Silva”, mulher negra que admiro e que é uma das minhas referências no campo da representação política. O problema, no meu entender, é que ele utilizou dessa referência de forma pejorativa. Ao questionar sua atitude, ele respondeu, que o brasileiro gosta de “brincar” e que isso faz parte da nossa “cultura”.

Fico intrigada com a forma como o racismo se atualiza nas práticas cotidianas. É muito comum professores brancos “progressistas” divagarem sobre suas viagens à Europa. Seus discursos reforçam um modelo ideal de “civilidade”, no qual as pessoas negras aparecem quase sempre como fora do lugar.

Um professor da Uenf comentou, em uma aula da pós-graduação, que “não sabia que pretos conseguem viver no frio abaixo de zero”, ao se referir a uma pessoa de pele retinta que ele teria conhecido em um país nórdico. Esses são tipos de comentários racistas proferidos por intelectuais e cientistas em espaços de produção do conhecimento com a maior naturalidade, sem nenhum tipo de constrangimento. No Brasil, como diz Munanga, o racismo é um crime perfeito!

Outra ideologia que perfaz os discursos racistas são ideias dicotômicas, como a mente em detrimento do corpo, que, de certa forma, refletem a falsa dicotomia entre teoria e prática. Em congressos e eventos acadêmicos, meus escritos, geralmente, são reduzidos à dimensão da “experiência” (no sentido de que lhes falta teoria, leia-se, citar

²⁷ Situação ocorrida durante o curso em Residência Agrária realizado em parceria com o MST, na UFRRJ, no decorrer de 2013 a 2015.



a tradição teórica hegemônica). Também já fui desautorizada a dar prosseguimento ao meu tema de estudo no mestrado por uma pesquisadora branca que construiu sua carreira acadêmica com base no trabalho realizado por mulheres negras do Movimento Popular de Saúde. Ouvi de um agente pastoral: “Que sorte a sua!”, por estar na pós-graduação, como se minha seleção não tivesse sido fruto de muita preparação e muito estudo, mas, sim, de acidente de percurso, um evento aleatório. Esses são apenas alguns casos do racismo cotidiano que selecionei para ilustrar a complexidade das estruturas de opressão racistas e sexistas a que estamos expostas como mulheres negras.

Nas redes de coletivos²⁸, sejam eles acadêmicos ou ativistas, dos quais faço parte, aprendi a “erguer a voz”, como nos ensina Bell Hooks; a questionar posturas racistas e sexistas nos espaços familiares, nos movimentos sociais e nas instituições de ensino nas quais atuo. Não se calar frente às lógicas racistas e sexistas tem um custo. Essas estruturas discriminatórias exigem um constante estado de alerta, que nos desgasta emocionalmente, em especial, quando o racismo é negado, por meio de frases como *Isso não existe!* ou *Você tá vendo coisa onde existe!* Há sempre uma forma de justificar o injustificável: *Minha mãe era da sua cor* ou *Minha avó era escurinha*. Muitas vezes, o silêncio se impõe, e as tentativas de diálogos são encerradas: *Não muda de assunto!*

Para Paz (2019), a trajetória acadêmica e política das mulheres negras revela experiências formativas e de escritas constituídas em uma relação entre o que fomos e fizemos e aquela que queremos ser e fazer. Para essa autora, Lélia Gonzalez ensina-nos a compreender a teoria e a prática como dimensões inseparáveis, pois sua obra ajuda-nos a conectar a vida, a ação política e a produção acadêmica no processo de construção de epistemologias negras (PAZ, 2019).

Nas palavras da professora Nilma Lino Gomes: o/a intelectual negro/a é também “[...] aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza, categorias, teorias e metodologias clássicas [...]. E coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra” (GOMES, 2008, p. 500). Petrônio Domingues acrescenta que

²⁸ Segundo Guimarães *et al.* (2020), os coletivos não são um nome novo nem estão completamente desvinculados das formas mais antigas de organização das lutas sociais. De acordo com esses autores, a partir do processo de redemocratização, é possível localizar um conjunto de grupos políticos autodenominados *coletivos*, assim como uma grande variedade de entidades que se identificam como coletivos, mas que são parte de movimentos sindicais ou de partidos políticos.



A reconstrução da trajetória de experiências, trocas e conexões culturais ajuda a compreender a forma como os intelectuais atribuem sentido, densidade e textura às suas ideias, sempre ligadas às agendas, polêmicas e tomadas de posição intelectual e política nos acontecimentos de seu tempo histórico. Mas, segundo o autor se por um lado é possível reconstituir parte de seus postulados, projetos e ideias, de outro, nossa trajetória reflete os condicionamentos da estrutura social (DOMINGUES, 2018, p. 5).

Para Flávio Gomes, o pensamento negro entre os séculos XIX–XXI instiga-nos a pensar suas contribuições, suas inflexões e seus refluxos das “[...] inconclusas e interrompidas formas de pensamento e inserção de intelectuais negras/os” (GOMES, 2018, p. 7). A seguir, discuto as possibilidades e os desafios para a formação intelectual de mulheres negras em sociedades fundadas em padrões culturais racistas e sexistas.

GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Os múltiplos espaços e momentos que conformam meu processo formativo são dimensões a partir das quais tenho pensado e produzido nos diálogos que estabeleço. No dizer de Luciana Rodrigues e Aline Kelly da Silva, não se trata de uma vivência única, pois esta representa diversas outras experiências de sexismo e racismo que outras mulheres negras experienciam em seu cotidiano (RODRIGUES; SILVA, 2021).

Segundo a pesquisadora Carla Akotirente, as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que precarizam a educação pública no Brasil dificultam o acesso da população negra aos cursos de nível superior em universidades públicas. Na pós-graduação, os entraves são ainda maiores, tanto no que se refere aos processos seletivos dos projetos quanto na permanência de estudantes negros/as, sobretudo daqueles/as que desenvolvem temáticas raciais em seus projetos de pesquisa (AKOTIRENE, 2017). Ainda segundo essa estudiosa, “[...] o racismo boicota o desenvolvimento intelectual e a autoestima de pessoas negras inscritas em processos acadêmicos”. O Censo da Educação Superior 2016 apontou a baixa representatividade feminina negra na docência da pós-graduação, com menos 3% de doutoras negras. Na graduação, as mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos, enquanto as mulheres brancas na mesma faixa etária são 40% (INEP, 2016).

Como afirma Bell Hooks, a subordinação sexista na vida das intelectuais negras continua sendo um obstáculo para a valorização e o reconhecimento delas, um entrave que ocorre em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe



institucionalizados. O reflexo disso se encontra no fato de a maioria das mulheres negras não escolher o trabalho intelectual como sua vocação. No Brasil, grande parte delas ocupa a base da pirâmide social, o que lhes impõe condições de vida, trabalho e saúde precarizadas. Somos minorias em espaços de poder e representação política. Além disso, enfrentamos mais dificuldades para acessar o ensino superior e permanecer nele, assim como ter nossos projetos de pesquisa financiados; e nossos escritos, publicados.

Ainda segundo a pensadora, a concepção ocidental sexista e racista de quem e o que é um intelectual elimina as possibilidades de nos vermos como representativas de uma vocação dessa ocupação. As sociedades de “[...] cultura do patriarcado capitalista com supremacia branca atuam para negar oportunidades de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito” (HOOKS, 1995, p. 468). Sexismo e racismo atuam, portanto, juntos para perpetuar estereótipos sobre as pessoas negras.

Para Hooks (1995), nenhuma mulher negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente, pois “[...] o trabalho intelectual é parte necessária da luta pela libertação é fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas” (HOOKS, 1995, p. 466). A autora chama atenção para a necessidade de desenvolvermos estratégias para obter uma avaliação crítica de nossas práticas e para criar comunidades que promovam e sustentem plenamente o nosso trabalho intelectual.

Rodrigues e Silva²⁹ (2021) refletem sobre essa política de escrita para reafirmar a necessidade de criarmos lugares que nos fortalecem, formas de aquilombamento que possam nos preparar para o enfrentamento político e epistêmico em espaços operados por lógicas racistas e sexistas, como a universidade. Nas palavras das autoras, precisamos de coletivos que possam sustentar nossa existência e nossas lutas; de afirmação daquilo em que acreditamos como projeto de mundo. O Neabi-Uenf é um desses espaços, pois tem fomentado uma política de afeto que proporciona o desenvolvimento intelectual de pessoas que compõe grupos sociais historicamente alijados do direito a educação pública de qualidade em todos os níveis de ensino.

Esses relatos, portanto, são também uma aposta para que outras mulheres narrem suas experiências de superação das políticas de dominação, ergam suas vozes frente ao silenciamento, realizem o exercício crítico de se questionarem se e como suas práticas

²⁹ As autoras integram o *Coletivo Bell Hooks: psicologia e políticas de cuidado* do programa de extensão vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



cotidianas sustentam mecanismos de dominação e assumam o compromisso ético-político com a luta antirracista e antissexista (RODRIGUES; SILVA, 2021).

POÉTICAS FINAIS

Parafraseando a cronista Cidinha da Silva (SILVA, 2006), caminho é quando você escolhe uma estrada para chegar a um lugar. Nesse sentido, procurei, nas formulações teórico-políticas das feministas negras, caminhos para releituras da minha experiência formativa como intelectual negra. Ainda que sejam reflexões iniciais, as referências em que me baseio me permitem afirmar que não é possível pensar e produzir teorias sobre esse lugar sem questionarmos estruturas de opressão como o capitalismo, o patriarcado, a transfobia e o racismo.

Nas palavras da cantora Jup do Bairro, a despeito de tudo isso, somos plurais, infinitas e icônicas. Protagonizamos um movimento de (des)construção de teorias, estéticas e culturas, que propõe outras formas de ser e produzir conhecimento, arte e mundos; descolonizar mentes e corpos; e sentir, pensar e (re)criar contranarrativas de poder, saber e ser. A escritora Conceição Evaristo ensina-nos a perseguir o corpo-palavra, aprender com as culturas orais de matriz africana, na qual o corpo está profundamente inscrito no processo de narrar, pois, para a escritora, sem o corpo, não há história.

Nessa perspectiva, o resgate da nossa história ancestral é também o resgate da fecundidade da mulher negra, em todos os sentidos: das mães de santo, das rainhas de congadas, das tias, das mulheres mais velhas da comunidade. São mulheres que criam, que orientam, que cuidam e que gestam mentes, corpos e territórios. É necessário, portanto, *oxunizar* o pensamento (EVARISTO, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. Entrada e permanência de mulheres pretas na pós. *Obará Saberes*, 2017.

ANOTAÇÕES DO CAMPO. Entrevista. Entrevista cedida a Viviane Ramiro da Silva Martins. *Campos dos Goytacazes*, RJ, 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> . Acesso em: 2 abr. 2022.



BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias> . Acesso em: 2 abr. 2022.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*: 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> . Acesso em: 2 abr. 2022.

COLLINS, Patrícia H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: *Boitempo*, 2012.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. Intelectuais negras na Academia e Crianças Negras: Produção de conhecimento como assuntos de vida! *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, p. 20–43, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Intelectuais: Conceitos e Controvérsias. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 25, p. 4–7, 2018.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo - Abertura da Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial 2019. Bahia, [s. n.], 2019. 1 vídeo (82 min). *Publicado pelo canal TV UFRB*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZHMf0FqgTkk>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

FREITAS, Filipe. Genocídio e Encarceramento. Aula proferida no XIV Curso: A Teoria e as Questões da Diáspora Africana nas Américas. *CRIOLA*, 2020.

GOMES, Flávio. Reflexões e Projetos: Para um Pensamento Negro nos Séculos XIX-XXI. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 25, p. 4–7, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39–62.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção de conhecimentos: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza [et al.]. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: *Cortez*, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.6639/03. *Portal Geledés*, São Paulo, 27 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223–244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. [et al.]. *Coletivos negros e novas identidades raciais*. Novo Estudo. CEBRAP. São Paulo. V. 39/02, p. 309–327, 2020.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

IBGE. Trabalho Doméstico. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). PNAD, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf> Acesso em: 19 abr. 2022.

INEP. Censo da Educação Superior. INEP, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em: 22 abr. 2022.

IPEA. Dossiê mulheres negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Org. Mariana Mazzini Marcondes... [et al.], Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negra_s.pdf . Acesso em: 18 abr. 2022.

IPEA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD. PINHEIRO, Luana [et. al.] Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf >Acesso em 18 abr. 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73–102, 2008.

MARTINS, V. R. S. Da. A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ. 2015. Monografia (Residência Agrária em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: *Vozes*, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra (1985). In: NASCIMENTO, Beatriz. Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 273–294.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In. RATTTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: *Imprensa Oficial/Kuanza*, 1974.

NATÁLIA, Livia. Intelectuais Negras e Racismo Institucional: Um corpo fora de lugar. *Revista da ABNP*, v. 10. Ed. Especial. Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, janeiro de 2018, p. 748–764.

PAZ, Tatiana Santos da. Processos Formativos de uma pesquisadora negra no campo da cibercultura e Educação: Implicações e Trajetórias. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 3, n. 3, p. 152–165, 2019.

PEIXOTO, Silvana Vanessa. A Formação Continuada de Professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais na modalidade a distância. 2017. Dissertação, 238 f. (Mestrado em Educação) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

PENSAMENTOS MULHERISTAS. 10 referências sobre o matriarcado africano e o papel da mulher em África. 4 fev. 2016. Disponível em:



<<https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2016/02/04/10-referencias-sobre-o-matriarcado-africano-e-o-papel-da-mulher-em-africa/>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

PENSAR AFRICANAMENTE. A saúde das mulheres negras no cenário da covid-19. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (129 min). Publicado pelo canal *Pensar Africanamente*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=didluoWMX4M&feature=emb_logo> . Acesso em: 2 abr. 2022.

PIRES, Thula. Racismo x Antinegitude. Aula proferida durante o XIV Curso de Atualização: A Teoria e as Questões da Diáspora Africana nas Américas. *CRIOLA*, 2020.

POTIGUARA, Rita. Combate ao racismo estrutural passa por um ensino descolonizado. UOL, 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/educacao-descolonizacao-do-ensino/>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais. Buenos Aires: *CLACSO*, 2005.

REDE FITOVIDA, Resgata da vida através de nossas raízes. Org. MARINS, Elizabeth Cruz [et. al.]. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly da. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na universidade. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (113 min). Publicado pelo canal *ELEEKO* Núcleo de Estudos e Pesquisas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c0QiStzQzA&t=2752s>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

SANTOS, Maria Tavares dos, et. al. A paz quilombola e a produção de saberes tradicionais de cuidados em saúde. III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias necessárias. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, outubro de 2020.

SILVA, Jaqueline Conceição da. Feminismo Negro: Corpo escrita, Experiência e Performance. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, v. 6, 2021.

SILVA, Maria A. Da tecnologia do quiabo ao exuzilhar. Itaú Cultura, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KOjMY24ZkzE>> . 1 vídeo (17 min). Publicado pelo canal Itaú Cultural. Acesso em 2 mar. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, v. 30, n. 63, p. 489–506, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/848/84806306.pdf>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

XAVIER, Giovana. Grupo Intelectuais Negras UFRJ: a invenção de uma comunidade científica e seus desafios. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 38, p. 224–239, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/43121/28414>> . Acesso em: 2 abr. 2022.

WERNECK, Jurema; et al. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: *Pallas, Criola*, 2006.

Recebido em: 15/04/2022

Aprovado em: 20/04/2022